

Diário Oficial

Estado de Pernambuco

Ano CII • Nº 169

Poder Executivo

Recife, 13 de setembro de 2025

AGENCIA DE DEFESA E FISCALIZAÇÃO AGROPECUÁRIA DE PERNAMBUCO- ADAGRO

PORTARIA Nº 063/2025 - O DIRETOR-PRESIDENTE da Agência de Defesa e Fiscalização Agropecuária do Estado de Pernambuco – ADAGRO, no uso das atribuições e com fundamento na Lei Estadual nº 12.228/02, regulamentada pelo Decreto nº 27.687/05, bem como na Instrução Normativa MAPA nº 6, de 3 de abril de 2019, **RESOLVE: Art. 1º** Disciplinar, no âmbito estadual, os procedimentos de autorização, execução e fiscalização de Torneios Leiteiros, resguardando a sanidade animal, o bem-estar dos animais e a qualidade higiênico-sanitária do leite, conforme anexo único desta portaria. **Art. 2º** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. Moshe Dayan Fernandes. Diretor Presidente.

Diário Oficial



Estado de Pernambuco

Ano CII • Nº 169

Poder Executivo

Recife, 13 de setembro de 2025



PROTOCOLO DE ASSINATURAS

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma SDOE. Para visualizar o documento original clique no link:

<https://diariooficial.cepe.com.br/diariooficialweb/#/checar-autenticidade?codigo=Z6GYI3C0N4-Y77895YS86-P2TH9ZW2VI>.

Código de verificação:

Z6GYI3C0N4-Y77895YS86-P2TH9ZW2VI



ANEXO ÚNICO

CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Portaria estabelece os requisitos obrigatórios para a organização e realização de Torneios Leiteiros no Estado de Pernambuco, bem como os procedimentos para autorização prévia e fiscalização pela ADAGRO.

§ 1º Para os fins desta Portaria, considera-se Torneio Leiteiro o evento pecuário com atividade competitiva que avalia a produção de leite, em circuito de ordenhas definidas em regulamento próprio do evento.

§ 2º Esta Portaria aplica-se a eventos realizados isoladamente ou como parte de feiras e exposições agropecuárias, em estabelecimentos públicos ou privados.

Art. 2º A realização de Torneio Leiteiro depende de **autorização prévia** da ADAGRO, sem a qual é vedada a admissão de animais ao parque ou recinto do evento.

CAPÍTULO II – DA SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO

Art. 3º A organização deverá protocolar o pedido de autorização do Torneio Leiteiro à ADAGRO **com antecedência mínima de 30 (trinta) dias**, devendo anexar:

I – **Requerimento** para realização do evento (modelo disponível no site da ADAGRO);

II – **Anotação de Responsabilidade Técnica (ART)** do médico-veterinário responsável técnico (RT) pelo evento, registrada no CRMV/UF;

III – **Plano de Destinação do Leite** oriundo do Torneio, indicando usos, controles e responsáveis, observada a legislação de inspeção de produtos de origem animal;

IV – **Croqui/Planta** das instalações e dos fluxos (admissão, permanência e saída de animais; ordenhas; higienização; armazenamento e destinação do leite);

V – **Programação** com datas e horários de ingresso, inspeção, ordenhas e saída de animais;

VI – **Relação preliminar de expositores e animais** (quando disponível), com identificação individual oficial;

VII – **Termo de Ciência e Compromisso** da organização quanto ao cumprimento integral desta Portaria e demais normas aplicáveis.

VIII– **Regulamento Geral do Torneio**, contendo, no mínimo, número de ordenhas, intervalos e duração, critérios de classificação e desclassificação, e forma de controle da aplicação de ocitocina;

IX – Boletos e comprovantes de pagamento de vistoria e licença do evento;

X – Portaria de Habilitação do MAPA para emissão de GTA no evento pelo Responsável Técnico

§ 1º Qualquer alteração relevante na programação, instalações ou regulamento deverá ser comunicada à ADAGRO **antes do início do evento**, sob pena de indeferimento ou revogação da autorização.

CAPÍTULO III – DO RESPONSÁVEL TÉCNICO E DA COMISSÃO ORGANIZADORA DO CONCURSO LEITEIRO

Art. 4º Todo Torneio Leiteiro deverá estar sob responsabilidade técnica de **médico-veterinário** (RT) regularmente inscrito no CRMV/UF, o qual deverá estar presente durante todo o evento e cumprir as atribuições previstas nesta Portaria.

Art 5º Deverá ser constituída uma Comissão Organizadora que terá atribuição específica de conduzir o Concurso Leiteiro, coordenada pelo RT.

Art. 6º Compete ao RT, sem prejuízo de outras atribuições legais:

I – orientar a organização para minimizar riscos sanitários e **promover o bem-estar animal**;

II- realizar a recepção dos animais inscritos para o evento, verificando os requisitos presentes no Art 10º;

III – **verificar a adequação das instalações** e equipamentos, bem como a higiene das ordenhas;

IV – **monitorar o estado de saúde** dos animais e realizar exames clínicos quando necessário, incluindo a triagem na admissão;

V – **verificar prescrições e tratamentos veterinários** administrados aos animais e zelar pelo cumprimento dos períodos de carência;

VI – **coibir práticas aversivas**, a exemplo de gritos, golpes, torcidas de rabo, descargas elétricas, ferrões e similares;

VII – **comunicar imediatamente** ao Serviço Veterinário Oficial (SVO/ADAGRO) e à organização quaisquer suspeitas de doenças de notificação obrigatória, óbitos ou maus-tratos;

VIII – **manter registros** das atividades técnicas, inclusive controles de aplicação de ocitocina e autorizações de suplementos permitidos.

Art. 7º Compete à organização do evento:

I – **assegurar instalações** que atendam aos requisitos do art. 9º;

II – **fornecer e monitorar** a aplicação de ocitocina, quando utilizada, conforme art. 12;

III – manter disponível ao SVO/ADAGRO a documentação do evento e facilitar as ações de **fiscalização, inspeção e amostragem**;

IV – garantir a **destinação regular** do leite produzido, nos termos do Plano de Destinação aprovado;

V – realizar **capacitação prévia** das equipes de ordenha e manejo sobre boas práticas de ordenha e bem estar animal, mantendo os registros auditáveis no local do evento até a saída dos animais.

CAPÍTULO IV – DOS REQUISITOS DOS ANIMAIS E DO INGRESSO AO EVENTO

Art. 8º O **ingresso dos animais** deverá ocorrer **no mínimo 48 (quarenta e oito) horas** antes da primeira ordenha do Torneio.

Art. 9º As **instalações e equipamentos** deverão assegurar o bem-estar e a segurança dos animais, observando, no mínimo:

I – limpeza e higienização rotineiras;

II – piso que minimize lesões, escorregões e quedas;

III – acesso contínuo a água e alimento de boa qualidade;

IV – camas limpas, secas e com espaço suficiente para conforto de todos os animais;

V – recursos de **conforto térmico** adequados às condições ambientais.

Art. 10º Somente serão admitidos animais que atendam aos seguintes requisitos sanitários e documentais:

I – guia de Trânsito Animal –**GTA**, incluindo bezerros ao pé, os quais deverão constar obrigatoriamente na respectiva guia de trânsito, ainda que estejam acompanhando a mãe;

II – **identificação individual oficial** e comprovação de origem;

III – **certidões/atestados negativos** para **brucelose** e **tuberculose**, emitidos por profissional habilitado, com validade máxima de **60 (sessenta) dias** cobrindo todo o período do evento;

IV – comprovação do cumprimento dos **programas sanitários oficiais** vigentes (ex.: brucelose, raiva, outras enfermidades regulamentadas), conforme calendário e situação sanitária do Estado;

V – **ausência de sinais clínicos** de enfermidades, feridas abertas, mastite clínica ou alterações que comprometam o bem-estar ou a inocuidade do leite.

§ 1º A ADAGRO poderá, mediante análise de risco, **exigir exames adicionais** ou impor **restrições específicas** para determinadas regiões, categorias ou espécies.

§ 2º Animais em **tratamento veterinário** ou que **necessitem de medicamentos** com período de carência vigente **não poderão participar** do Torneio, devendo seu leite ser segregado e destinado conforme o Plano de Destinação.

CAPÍTULO V – DAS BOAS PRÁTICAS, MEDICAMENTOS E SUPLEMENTOS

Art. 11. É **proibido** ministrar medicamentos, substâncias, agentes químicos ou físicos capazes de **alterar, efetiva ou potencialmente, o desempenho** dos animais no Torneio.

Art. 12. A aplicação de **ocitocina** será **tolerada**, desde que **previamente comunicada ao RT**, e **fornecida e monitorada pela organização** do evento, devendo ser mantido **registro individualizado** por ordenha.

Parágrafo único. O uso de **suplementos** vitamínicos, minerais, **pré e probióticos por via oral** será permitido, desde que **comunicado e autorizado** pelo RT, com os devidos registros.

Art. 13. Ficam **vedadas** práticas aversivas, constritivas ou que provoquem dor e sofrimento desnecessário, cabendo ao RT e à organização adotar **medidas corretivas imediatas** e, se necessário, o **afastamento** do animal, tratador ou expositor.

CAPÍTULO VI – DO REGULAMENTO DO EVENTO, CONTROLES E AMOSTRAGENS

Art. 14. O **Regulamento Geral** do Torneio deve dispor, no mínimo, sobre:

I – número total de ordenhas, intervalos e duração;

II – critérios de classificação (quantitativos e/ou qualitativos) e de desclassificação;

III – forma de controle da **ocitocina** (art. 12) e dos **períodos de carência**;

IV – rotinas de **higiene de ordenha**, manejo de mastite e segregação de leite impróprio;

V – hipóteses de **perda de amostras** e procedimentos de auditoria.

Art. 15. A Comissão Organizadora do Concurso Leiteiro poderá requerer, a qualquer momento, amostras de leite, sangue ou urina dos animais participantes do concurso leiteiro, com o objetivo específico de análises laboratoriais para verificação da qualidade do leite, bem como de possíveis alterações fisiológicas ou metabólicas nos animais.

§ 1º Serão feitas análises físico químicas, em laboratório designado pela Comissão organizadora.

§ 2º A constatação de **irregularidades** poderá acarretar **desclassificação** do animal, **suspensão** do evento ou **cancelamento** da autorização, sem prejuízo das **sanções administrativas** cabíveis.

§ 3º A organização deverá assegurar **ponto de energia, água, local higienizado** e demais meios para a colheita e conservação de amostras, quando exigido pelo SVO.

Art. 16. A ADAGRO poderá realizar, a qualquer tempo, fiscalização in loco e coletar amostras de leite, sangue ou outros materiais para ensaios laboratoriais a fim de verificar o cumprimento desta Portaria, inclusive quanto ao uso de substâncias proibidas.

CAPÍTULO VII – DA DESTINAÇÃO DO LEITE

Art. 17. O Leite do Torneio deverá ter **destinação previamente aprovada** pela ADAGRO e **registrada** no Plano de Destinação apresentado no pedido de autorização.

Art.18. Os proprietários e seus colaboradores deverão adotar boas práticas de higiene de ordenha, sendo elas:

I -Teste da caneca para detecção de mastite.

II - *Pré e pós dipping*. Para realização do *pré dipping* será obrigatória a secagem dos tetos com papel toalha antes da ordenha.

Art.19. Todo leite produzido pelos animais inscritos, quando destinado a estabelecimentos de leite e derivados, será colocado em tanque de resfriamento.

Art. 20. O leite que não for destinado a estabelecimentos de leite e derivados não poderá ser comercializado para consumo humano.

§ 1º O leite oriundo de animais sob **tratamento veterinário** ou que **não atendam** aos critérios desta Portaria **não poderá** ser destinado ao consumo humano, devendo ser **segregado** e descartado ou enviado a **destinação alternativa** tecnicamente adequada e **autorizada** pelo RT e pela ADAGRO.

CAPÍTULO VIII – DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 21. O descumprimento das disposições desta Portaria sujeita os infratores às **sanções administrativas** previstas na Lei Estadual nº 12.228/2002 e no Decreto nº 27.687/2005, sem prejuízo das responsabilidades **civil** e **penal** aplicáveis.

§ 1º Respondem **solidariamente** pelas infrações o **organizador** do evento e o **expositor** responsável pelo animal, e, quando couber, o **responsável técnico**, nos limites de sua atuação profissional.